



Índice

- 01** Estudantes quilombolas são aprovados no vestibular da UFBA
- 02** Líder cigano relata situação de isolamento e discriminação
- 03** Órgãos de educação garantem ao MPF/AM que alunos indígenas do sul do Amazonas não serão prejudicados
- 04** Liderança Guarani Kaiowá denuncia ataque de pistoleiros ao tekoha Pyelito Kue
- 05** Série sobre indígenas de Mato Grosso do Sul é selecionada para festival da Bahia
- 06** Estado vai pavimentar TO-126 e propõe grupo para cobrar do Governo Federal solução de trecho em área indígena
- 07** Tribos indígenas e orquestras animam primeira noite do Carnaval Tradição em JP
- 08** Desintrusão mal planejada não garante posse plena aos índios
- 09** "Nossa região está em estado de guerrilha", diz agricultor do Maranhão
- 10** Indígenas acreditam que negociação das terras ocorrerá antes da eleição
- 11** PA – Prefeitura de Jacareacanga demite 70 professores Muduruku das escolas indígenas do Alto Tapajós
- 12** Aumento nas exportações do agronegócio não é motivo para comemorar
- 13** Moradores do Tarumã usam rede social para tentar salvar o 'último igarapé limpo de Manaus'



- 14** Juiz proíbe venda de bebida e dá prazo para índios permanecerem em cidade do AM
- 15** Liderança indígena do Povo Pitaguary foi mantida em cárcere privado por mais de 20 horas!
- 16** Combate à desertificação é necessário para garantir segurança, diz ONU
- 17** Nível do Rio Madeira continua subindo
- 18** MS – Mortalidade indígena de 1 a 4 anos cresce. Em Amambai, todos os bebês mortos até 1 ano de idade, desde 2011, eram indígenas
- 19** Atingidos por Belo Monte ocupam reassentamentos da Norte Energia
- 20** Disponibilização de terras para indígenas é desproporcional, afirma integrante da FPA
- 21** Carreta tomba e indígenas saqueiam carga de soja, em Nova Laranjeiras
- 22** Indígena é encontrado morto na Aldeia Marangatu
- 23** Aty Guasu: Jagunços atacam Pyelito kue todas as tardes desde 1º de março.
Ontem, 4, cinco barracas foram baleadas
- 24** Corpo de indígena desaparecido após naufrágio em interior do AM é encontrado
- 25** MS – Por Luiz Henrique Eloy, Retomada Esperança vira campus para uma inédita defesa de Mestrado
- 26** Povos do Cerrado trabalham para proteger o bioma e superar a pobreza
- 27** AM – Maria Carvalho Barreto, filha de indígenas Mura do Mataurá, foi encontrada morta anteontem, após participar de reunião para a demarcação da aldeia



- 28** Povo Ka'apor continua limpeza dos limites, autovigilância e fecha o maior e mais movimentado ramal de madeireiros na TI Alto Turiáçu, Maranhão
- 29** MPF veda obras e Defesa Civil busca alternativas para tirar região de Guajará do isolamento
- 30** Apagão? Não, imposição de um modelo decadente. Por Telma Monteiro
- 31** Acre isolado: Balsa do Abunã voltou a operar e travessia demora três horas



Estudantes quilombolas são aprovados no vestibular da UFBA

SÍTIO SEPPIR, 05.03.2014

Os cinco jovens aprovados na última seleção da instituição foram alunos do Pré-Vestibular Quilombola, uma política pública de Promoção de Igualdade Racial desenvolvida pela prefeitura de Vitória da Conquista - BA, em parceria com organizações comunitárias e institucionais

Francieli Gomes nasceu e cresceu na comunidade Lagoa do Arroz, em Vitória da Conquista, município do sudoeste da Bahia. Ela tem 19 anos de idade e acaba de realizar um sonho que vinha alimentando nos últimos anos. A jovem foi aprovada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o curso de Zootecnia, ciência que se dedica ao estudo da criação, produção e manejo de animais domésticos economicamente úteis.

A futura zootecnista, que mora com a mãe e dois irmãos, não esconde a expectativa que a novidade proporciona. "Nunca trabalhei e agora vejo nos estudos uma oportunidade de alcançar novos rumos, de me realizar profissionalmente", declara.

Para além do resultado pessoal, Francieli tem motivos de sobra para comemorar. Nas listas de aprovados na UFBA, constam o seu próprio nome, mas, também, os de outros quatro jovens quilombolas que vão cursar Farmácia e Psicologia.

Assim como os demais quilombolas aprovados na instituição de ensino superior, Francieli foi estudante do Pré-Vestibular Quilombola, uma política pública de Promoção de Igualdade Racial desenvolvida em parceria da prefeitura de Vitória da Conquista com o Conselho das Associações Quilombolas do município e organizações comunitárias e institucionais.

"O cursinho ajudou bastante. Se não fosse pelas aulas preparatórias, acho que eu não teria passado, já que os conteúdos que aprendi no ensino médio praticamente não foram exigidos no vestibular", acrescenta. "É motivo de muita alegria ter sido aprovada, ainda mais na primeira tentativa", completa.

O cursinho

Criado em 2009, o Pré-Vestibular Quilombola visa preparar jovens oriundos de quilombos para alcançarem desempenho satisfatório em vestibulares de universidades públicas e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Ministério da Educação. A iniciativa abrange as comunidades quilombolas de Conquista, atendendo também alunos de escolas públicas que queiram cursar Medicina. Aos participantes são oferecidos transporte e lanches gratuitos.

Este ano, 24 estudantes do projeto ingressaram em instituições de ensino superior baianas. Entre eles, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e Instituto Federal da Bahia – IFBA, além da UFBA.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

A partir dos resultados positivos, Flávio Passos, coordenador do Pré-Vestibular, destaca as transformações sociais. "Estamos vivendo um sonho de empoderamento, autonomia e fortalecimento da juventude quilombola", afirma.

Bolsa Permanência

Para os quilombolas aprovados na UFBA, será oferecida uma Bolsa Permanência mensal de R\$ 900,00, conforme decreto nº 7.416/2010, que regulamenta a concessão do benefício.

Além de Francieli, neste semestre serão contemplados os dois calouros de Psicologia – Ronaldo Gomes, da comunidade Lagoa do Arroz; e Rilza Santos, de S. Joaquim de Paulo – e as futuras farmacêuticas Ediclécia Souza, nascida no quilombo Cachoeira das Araras; e Karine Silva, da Lagoa de Melquíades.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Líder cigano relata situação de isolamento e discriminação

SÍTIO EBC, 28.02.2014

Ciganos buscam reconhecimento de cidadania e pedem direitos básicos como acesso a documentos pessoais, à saúde e educação

Numa entrevista emocionante, o presidente da Associação dos Ciganos Calon de Brasília e Entorno (ACC-DF), Elias Alves da Costa, conta a história dos ciganos no Brasil e explica as diferenças étnicas presentes no chamado povo cigano, que, segundo ele, vive 500 anos de isolamento e discriminação. Elias Alves da Costa revela que, ao contrário do que a maioria pensa, os ciganos não são nômades, apenas adotaram este comportamento por não terem condições de comprar sua própria terra e serem recorrentemente expulsos dos lugares onde acampam. O líder relata a luta do Povo Calon pelos direitos fundamentais que são de todos os brasileiros, como a posse de documentos, o acesso à saúde e à educação. Elias destaca que ciganos de todo o Brasil pedem que o governo federal conceda a eles, ainda que em regime de usufruto, terras onde possam assentar raízes e exercer seus direitos como cidadãos brasileiros. Confira a entrevista!

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir das 8h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha. Você também pode ouvir aqui no Site das Rádios EBC.



Órgãos de educação garantem ao MPF/AM que alunos indígenas do sul do Amazonas não serão prejudicados

SÍTIO PR/AM, 28.02.2014

Instituições apresentaram planos de ação e medidas a serem adotadas para garantir o aproveitamento do período letivo dos alunos indígenas matriculados

Secretarias estadual e municipal de Educação, universidades e centros técnicos de educação no estado, em resposta a recomendação expedida pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), informaram sobre medidas e planos de ação que deverão ser desenvolvidos para garantir o acesso de alunos indígenas dos municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí às atividades acadêmicas.

Dentre os órgãos que receberam a recomendação estão a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), a Secretaria Municipal de Educação (Semed), o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A reitoria da UEA informou que os alunos indígenas que não puderem comparecer às atividades acadêmicas ou que justificaram as ausências não terão faltas contabilizadas. No ofício de resposta encaminhada ao MPF/AM, o reitor da UEA, Cleinaldo de Almeida Costa, informou que somente no município de Humaitá há dez alunos indígenas, sendo sete da etnia Tenharim e um da etnia Paritintin, e que estes não estão frequentando as aulas temendo novos atos de violência nas terras da aldeia Tenharim Marmelo.

Como medidas necessárias para que as atividades acadêmicas não sejam prejudicadas, a reitoria garantiu a presença de professores-assistentes, as gravações das aulas em fitas/DVD's e o acompanhamento dos alunos em sala de aula. Entretanto, o documento afirma que as medidas só poderão ser realizadas após a elaboração de um cronograma, e quando a situação de violência for solucionada pelos órgãos competentes, garantindo assim a integridade física dos alunos indígenas.

Já a reitoria da Ufam encaminhou um plano de ação com o objetivo de garantir aos discentes indígenas o direito de frequentar as aulas no Instituto de Educação Agricultura e Ambiente (IEAA). Segundo dados levantados pela universidade, foram contabilizados três alunos indígenas da etnia Tenharim, sendo que um deles já está aprovado por ter frequentado as aulas. Os outros receberão estudo dirigido para concluírem o semestre.

A Semed comunicou que está sendo organizada uma equipe para viagem às escolas das aldeias indígenas em questão, para in loco fazer um levantamento das necessidades, bem como garantir as condições necessárias para o início do ano letivo. O órgão garantiu ainda que impedirá qualquer tipo de discriminação com os alunos indígenas que buscarem matrículas em escolas da rede municipal de ensino, localizadas nas terras indígenas Tenharim.

CONT.



Em fase de implementação no município de Humaitá, o campus do Ifam informou sobre a existência de sete alunos indígenas, sendo seis da etnia Tenharim e um da etnia Parintintim, e que todos estão em período de recesso. Porém, o instituto pediu o apoio do MPF/AM para agilizar a aquisição de serviços e bens junto aos órgãos competentes a fim de acatar as medidas recomendadas no documento.

Com 147 alunos indígenas matriculados, sendo 31 em Humaitá e 116 nos anexos localizados nas aldeias Marmelo e Traíra, a Seduc informou que realizará uma reunião com prefeitos e secretários de Educação dos municípios de Humaitá, Apuí e Manicoré para traçarem estratégias de trabalho. Em relação a outras necessidades dos alunos, a Seduc afirmou no documento que atenderá às medidas.

O Cetam também elaborou um plano de ação para atender um aluno indígena da etnia Tenharim matriculado no curso de imobilizações ortopédicas em Humaitá, que receberá orientação e estudos pelo método da problematização, onde trará situações do cotidiano para o espaço escolar, podendo assim finalizar o módulo.

Hostilidade – A preocupação com a frequência dos indígenas da região às aulas foi manifestada em reunião realizada na sede do MPF/AM no dia 20 de janeiro deste ano, com a participação de representantes dos povos indígenas Tenharim e Jiahui, da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Ufam.

Na ocasião, representantes da Seduc informaram que o atendimento a indígenas tem sido prejudicado em razão do discurso anti-indígena na região. Um manifesto chegou a ser divulgado nas redes sociais e reproduzido pelo site 'Racismo Ambiental', subscrito por integrantes da comunidade de Santo Antônio do Matupi, com a frase: "não queremos mais nenhuma etnia indígena estudando nas escolas da nossa comunidade".



Liderança Guarani Kaiowá denuncia ataque de pistoleiros ao tekoha Pyelito Kue
SÍTIO CIMI, 01.03.2014

A comunidade Guarani Kaiowá do tekoha - lugar onde se é - Pyelito Kue/Mbarakay, em Iguatemi (MS), está desde a manhã deste sábado, 1 de março, sob ataque de pistoleiros. A denúncia é de Líder Solano Lopes, liderança do tekoha: "Homens passam de moto na frente da porteira e atiram na direção da aldeia. Começaram cedo e agora que escureceu ficou mais forte".

Líder pede proteção às autoridades, pois não é a primeira vez que o grupo é atacado. No tekoha, retomado no último dia 12 de fevereiro, vivem cerca de 250 Guarani Kaiowá. Incidente sobre Pyelito Kue/Mbarakay, a área onde estão os indígenas é parte da fazenda Cambará, com cerca de 1.200 hectares.

O grupo vivia em um hectare às margens de uma estrada vicinal nas proximidades de Pyelito. Depois desta última retomada (já é a terceira tentativa do grupo de voltar para o território tradicional e sagrado), homens não identificados atiraram contra a comunidade, de acordo com as lideranças indígenas.

Sem comida, água, convivendo com a poeira e debaixo de lonas, os indígenas decidiram retornar ao local de onde os mais velhos foram expulsos. O grupo divulgou uma carta, no final de 2012, afirmando a decisão de resistir em suas terras até as últimas consequências, o que despertou a atenção da opinião pública nacional e internacional. Na ocasião eles viviam na beira do rio Hovy.

O tekoha Pyelito Kue/Mbarakay é parte de área identificada com 41.571 hectares de extensão pelo Grupo de Trabalho (GT) da Bacia Iguatemipecuá, localizada nas proximidades da Terra Indígena Sassoró. A fazenda Cambará é apenas uma das várias propriedades incidentes sobre a área identificada.

As lideranças pedem às autoridades garantias para ficar no tekoha, posto que foram expulsos por pistoleiros antes do relatório de identificação ter sido publicado pelo Ministério da Justiça.



Série sobre indígenas de Mato Grosso do Sul é selecionada para festival da Bahia
SÍTIO REGIÃO NEWS, 01.03.2014

Dos 259 inscritos, de todas as regiões do Brasil, 50 foram selecionados, mas apenas quatro serão premiados, disse.

Foi na graduação que o jornalista Everson Tavares, de 22 anos, teve contato com os movimentos em defesa das minorias e passou a se interessar pela realidade dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Apaixonou-se pelo tema e, ainda estudante, aprofundou-se na discussão que, no final do curso, resultou em um webdocumentário como Trabalho de Conclusão de Curso.

Divida em cinco vídeos, a série "Tekohá – os filhos da terra", que recebeu nota dez da banca examinadora da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), chegou à Bahia e agora está entre os 50 trabalhos selecionados para a mostra competitiva do 16ª Festival Nacional 5 Minutos, realizado pela Funceb, a Fundação Cultural daquele Estado.

Sem tema definido, a ação, que incentiva a experimentação, produção e difusão do audiovisual no Brasil, é uma grande vitrine para o produto, que, assim como os outros, terá projeções em bares e prédios de valor arquitetônico.

Everson é o único representante de Mato Grosso do Sul selecionado para a mostra. Dos cinco "episódios" que compõem o webdocumentário, apenas dois foram enviados à comissão organizadora: "Os filhos da terra", sobre a territorialidade, e "Caminho Natural", que fala das crianças Guarani Nhandeva. O terceiro, "Nhandeci Rezadora", está na suplência. "Ainda pode entrar", explicou.

Os depoimentos que sustentam os registros foram gravados em Campo Grande, mas as "imagens de apoio" foram captadas na aldeia YPoi, em Paranhos, a 469 quilômetros de Campo Grande.

"Fiquei cinco dias nessa área, que é de retomada. Ainda tem certo conflito com os fazendeiros. Fui como o pessoal do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Lá eu coletei os ensaios fotográficos e audiovisuais", contou, ao comentar que, na edição, aliou a fotografia e o vídeo.

Dos 259 inscritos, de todas as regiões do Brasil, 50 foram selecionados, mas apenas quatro serão premiados, disse. O primeiro lugar receberá R\$ 12 mil, o segundo R\$ 10 mil e o terceiro R\$ 8 mil.

Everson está orgulhoso por contribuir com as "discussões das terras no Estado" e feliz por ver, mesmo em outro Estado, a valorização do audiovisual produzido em Campo Grande. "Mato Grosso do Sul, embora tenha uma tradição cinematográfica, não costuma exportar suas mídias", afirmou.



Estado vai pavimentar TO-126 e propõe grupo para cobrar do Governo Federal solução de trecho em área indígena

SÍTIO O GIRASSOL, 05.03.2014

Presente na comitiva do governador em exercício, o secretário de Infraestrutura do Estado e presidente da Agetrans, Kaká Nogueira, informou que as obras terão início logo após o período de estiagem

Em reunião com líderes indígenas e moradores de Tocantinópolis (517 km de Palmas) na manhã deste sábado, 1º, o governador em exercício Sandoval Cardoso garantiu que o Governo do Estado fará pavimentação de dois trechos da TO-126, que liga o município a Maurilândia. Cardoso fez questão de ir à comunidade neste sábado, com objetivo de discutir com moradores a situação do local. "Minha missão aqui é estabelecer o diálogo, o entendimento, preservar o patrimônio público e a ordem e, em respeito a vocês, com o aval do governador Siqueira Campos, digo que o Estado fará sua parte na pavimentação da TO-126 no que lhe compete. E, todos juntos, vamos a Brasília onde está a solução do problema da pavimentação dentro da reserva indígena", anunciou aos moradores, no encontro realizado no povoado Folha Grossa, em Tocantinópolis. Com a garantia, índios liberaram a via e finalizaram protesto.

Conforme o governador em exercício, cabe ao Estado pavimentar dois trechos fora da reserva indígena Apinajé que totalizam 13,5 quilômetros. O primeiro, de 9 km, liga Tocantinópolis até a divisa da aldeia. Já o restante, de 4,5 km, compreende do outro extremo da divisa da reserva até Maurilândia. "É fundamental esclarecer a vocês que a parte que o Estado pode atuar compreende esses dois trechos. O restante, de aproximadamente 28 km, depende de licenças de órgãos federais como Ibama e Funai. Sem essas autorizações não é possível atuar dentro da reserva."

Além de garantir a realização da obra, Sandoval Cardoso propôs aos líderes indígenas e convocou deputados estaduais, a bancada federal e membros da comunidade para criar uma comissão. O grupo ficará com a responsabilidade de buscar junto aos órgãos federais as licenças necessárias para pavimentar o trecho dentro da reserva.

Obras

Presente na comitiva do governador em exercício, o secretário de Infraestrutura do Estado e presidente da Agetrans, Kaká Nogueira, informou que as obras terão início logo após o período de estiagem. "Por determinação do governador, assim que o período de chuva cessar iniciaremos os trabalhos, com objetivo de concluir e entregar o trecho neste ano", disse. "Com esta iniciativa do governador em exercício Sandoval Cardoso de vir aqui o governo mostra que tem disposição de fazer a obra dentro do perímetro de responsabilidade do Estado", complementou.

O deputado estadual José Bonifácio disse estar esperançoso com a realização da obra. "A obra
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

é muito importante para as comunidades. Hoje aqui foi uma reunião histórica para as comunidades beneficiadas com este comprometimento do governo.”

Para o prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, a obra é uma reivindicação antiga dos moradores. A prefeita de Maurilândia, Leoneide Sobreira, disse estar satisfeita com o empenho do governo para solucionar o problema. E ressaltou a ação do governo do Estado no Bico ao lembrar que no último dia 21 Sandoval Cardoso esteve em Maurilândia, onde assinou ordem de serviço para pavimentar 21 quilômetros da TO-126, que liga Itaguatins a Maurilândia. Depois de pronto, este será o primeiro trecho de acesso pavimentado a Maurilândia.

Também acompanharam a comitiva do governador Sandoval Cardoso o secretário de Segurança Pública, José Eliú de Andrada, e o representante da aldeia apinajé, Evalci Kunum.



Tribos indígenas e orquestras animam primeira noite do Carnaval Tradição em JP
SÍTIO PB AGORA, 02.03.2014

Cinco tribos indígenas e quatro clubes de orquestras de frevo abriram a primeira noite do Carnaval Tradição, neste sábado (1º), em João Pessoa. As agremiações transformaram a movimentada Avenida Duarte da Silveira em um caldeirão de coreografias, fantasias, ritmos e tradição.

Os desfiles continuam neste domingo (2) à noite, a partir das 18h, com a presença das escolas de samba Malandros do Morro, Império do Samba, Independente de Mandacaru e Pavão de Ouro. No sábado, se apresentaram para o público as tribos indígenas pertencentes ao grupo B: Tabajara, Papo Amarelo, Flexa (sic) Negra, Tupy Guanabara e Tupinambás de Mandacaru. As apresentações foram alternadas com as orquestras Juventude Criança Feliz, Alegria do Frevo, Acorda do Frevo da Torre e Gigantes do Frevo da Torre.

A auxiliar de serviços gerais Elisângela de Melo, de 35 anos, assistiu ao desfile na companhia da família. Ela conta que há 30 anos participa da festa, seja como passista ou expectadora.

“Este ano eu vim para ver minha mãe e minha filha, que saem no ‘Acorda da Torre’”, contou. Para a moradora do bairro Cruz das Armas, o Carnaval Tradição é importante principalmente pela preservação da cultura e das festas populares. Já o estudante Ítalo David Cordeiro, de 20 anos, veio ao desfile pela primeira vez. Ele conta que queria prestigiar a estreia da irmã caçula na orquestra de frevo Criança Feliz, que também estreou no Carnaval Tradição este ano.

“Vim para ver minha irmã, mas gostei da estrutura, da organização da festa e pretendo voltar nos próximos anos”, disse o jovem, que é morador da Torre.

Da tribo indígena Papo Amarelo, Maria das Neves dos Anjos (34) disse que participar do desfile já é uma tradição de família. “Eu desfilo desde que era criança e meus filhos também desfilam. Gostamos de dançar. Sempre que entro na avenida, eu fico emocionada”, declarou. Segundo dia - Além das escolas de samba, se apresentam neste domingo os clubes de orquestra Sai da Frente, Dona Emília; São Rafael; Ciganos do Esplanada; e Bandeirantes da Torre. Também entram em cena as tribos indígenas Pele Vermelha, Ubirajara, Xavantes, Guanabara e Tupy Guarany. O público irá conhecer as campeãs do Carnaval 2014 na terça-feira (4), quando serão apuradas as notas e divulgado o resultado. Confira a programação: Domingo (2) – Grupo B Horário Agremiação 17h Clube de Orquestra Sai da Frente, Dona Emília 17h30 Tribo Indígena Xavantes 18h05 Clube de Orquestra São Rafael 18h35 Tribo Indígena Ubirajara 19h10 Clube de Orquestra Ciganos do Esplanada 19h40 Tribo Indígena Tupy Guarani 20h15 Tribo Indígena Guanabara 20h50 Clube de Orquestra Bandeirantes da Torre 21h20 Tribo Indígena Pele Vermelha 21h55 Escola de Samba Pavão de Ouro 22h40 Escola de Samba Independente de Mandacaru 23h25 Escola de Samba Império do Samba 0h10 Escola de Samba Malandros do Morro Segunda-feira (3): Horário Agremiação 19h Batucada Águia de Ouro 19h15 Batucada nova Liberdade 19h30 Urso Anos Dourados 19h45 Urso Panda 20h Urso Verde 20h15 Urso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Canibal 20h30 Urso Santa Cruz 20h45 Urso Macaco Louco 21h Urso da Paz 21h15 Urso Sem Lenço Sem Documento 21h30 Urso Simpático 21h45 Urso Gavião 22h Urso Preto 22h15 Urso Rebolico 22h30 Urso Amigo Batucada 22h45 Urso Jamaica 23h Urso Celebridade 23h15 Urso Cachorro louco Terça-feira (4): Desfile das Campeãs Horário: 18h30 a 0h



Desintrusão mal planejada não garante posse plena aos índios

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 02.03.2014

Um ano depois da conclusão de uma operação de expurgo étnico que entregou a Terra Indígena Marãiwatsédé aos índios Xavante a Justiça Federal foi obrigada a determinar novamente a retirada de invasores da terra área, no nordeste de Mato Grosso. A decisão do último dia 28 de fevereiro é do juiz substituto da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, Diego Paes Moreira.

O magistrado solicita ainda que sejam enviadas equipes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional para garantir desocupação da reserva. "Determino a imediata retirada dos posseiros da área para garantir o processo de desintrusão", frisa trecho da determinação.

Segundo a determinação, os agricultores que foram expulsos da área sem qualquer assistência do Estado estariam tomando conta novamente da área. Equipes da Polícia Federal que já estão na área, relataram que a presença destas pessoas está confirmada.

As famílias alegam descumprimento por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e estariam adentrando a área alegando ter ordem de 60 dias para continuar no local. "Os acordos firmados na audiência de 31 de janeiro estão sendo cumpridos pelo Incra. Mas isso não tira o dever de imediata desintrusão da área" diz trecho do parecer.

Veja também: Fogo na Suiá-Missu: Sequência de imagens de satélites mostra queimadas na Terra Indígena Maraiwatsede

A terra de 165 mil hectares onde nunca viveu um único índio Xavante foi demarcada pela Funai após um acordo entre indigenistas e a empresa de petróleo italiana Agip, a quem pertencia o imóvel. No final de 2012 e início de 2013 a Secretaria Geral da Presidência da República, a pedido da Funai, organizou uma grande operação para expulsar milhares de famílias de agricultores que viviam no local.

Os agricultores foram expulsos sem qualquer tipo de assistência do Governo. Muitos passaram a viver em barracos de lona às margens das rodovias da região. No dia 26 de janeiro muitos decidiram ocupar novamente a área. Pelo menos 300 famílias de pequenos agricultores expulsas na operação alegam não ter par onde ir.

Um relatório feito pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República contatou que houve violações de direitos no processo e que os próximas operações de desintrusão deveriam ser feitas de modo a não violar os direitos.

Enquanto você lê essa matéria a Secretaria Geral da Presidência coordena outra operação de expurgo étnico, desta vez no Maranhão.



"Nossa região está em estado de guerrilha", diz agricultor do Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 02.03.2014

Desde o último dia 24 de fevereiro, a Funai iniciou o processo de expurgo étnico de não-índios, a chamada desintrusão, dos municípios de Centro Novo Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, no Noroeste do Maranhão. Uma área com 116 mil hectares foi demarcada pela Funai e homologada como indígena em 2005. No total, cerca de 6 mil pessoas devem ser expulsas do local.

Conforme entrevista do agricultor Odilon José Alves Filho, de Zé Doca, ao programa Mercado e Companhia, do jornalista João Batista Olivi, os agricultores da região estão sendo tratados de forma injusta, já que não são latifundiários e nem exploradores de madeira.

Ele defende que o governo dê um novo prazo para a desocupação, pois os produtores foram tratados como "bandidos e plantadores de maconha" e serão encaminhados para uma região sem aptidão agrícola e de solo infértil no município de Parnarama, no semiárido maranhense.

Segundo ele, muitos agricultores vivem de maneira subsistente, com o cultivo de mandioca, e o estado na região é de "guerrilha", com atuação da Polícia Federal e das Forças Armadas. – Essas quatro cidades têm os piores IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] da região. Os produtores são tratados pelo governo como bandidos e plantadores de maconha.

Paulo Maldos [Secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República] afirma que eles estão lá ilegalmente e trata os agricultores como grandes fazendeiros – afirma o agricultor.

Alves Filho lembra que os pequenos agricultores da região tiveram suas atividades agrícolas financiadas pelo próprio governo federal, com recursos do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia e do programa de Agricultura Familiar.

A Funai obstruiu ramais e estradas de acesso à atual reserva indígena. O direito ao usufruto da terra pela comunidade indígena foi definido por meio de decreto presidencial publicado em 2005.



Indígenas acreditam que negociação das terras ocorrerá antes da eleição

SÍTIO NOTICIDADE, 02.03.2014

Os indígenas da região Buriti em Sidrolândia acreditam que a negociação com a venda das terras "retomadas" por eles será concretizada antes da eleição, de acordo com eles é o que garante o governo federal através de seu representante que preferiu dizer que o caso será concluído antes da Copa do Mundo.

Enquanto a definição não ocorre, os índios plantaram em aproximadamente 300 hectares das seis fazendas ocupadas em Sidrolândia. Eles contaram com o apoio da Funai (Fundação Nacional do Índio), que doou óleo diesel para o cultivo de diversas culturas, desde feijão até milho.

Desde maio do ano passado, os índios ocupam as fazendas Buriti, Lindóia, Cambará, Estrela, São José e 3R. Segundo o coordenador técnico da fundação, Jorge Antônio das Neves, os índios plantaram abóbora, melancia, milho, feijão de corda e arroz, entre outros. Segundo Neves, a Funai doou óleo diesel para os tratores utilizados no preparo da terra. Foram doados aproximadamente R\$ 50 mil em combustível. Os índios compraram sementes e insumos.

Negociação – Na última quinta-feira (27), em reunião na Governadoria, autoridades e produtores rurais fecharam cronograma de ações e definiram 6 de junho como prazo final para efetivar a compra de 31 propriedades em Sidrolândia.

A pedido dos fazendeiros, o assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, deu mais 30 dias para que os produtores apresentem contraproposta. "Se o valor for comprovado por laudos e documentos, vamos pagar" garantiu Veiga, após reunião que contou com a presença do governador André Puccinelli (PMDB).

Entregue a contraproposta, ela seguirá para análise do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Funai (Fundação Nacional do Índio), que terão até 6 de maio para analisar o pedido dos produtores. Finalizado o período, deve ser homologada a compra das terras em juízo.

PA – Prefeitura de Jacareacanga demite 70 professores Munduruku das escolas indígenas do Alto Tapajós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.03.2014



Munduruku e outros povos assistem revoltados à instalação da comissão da PEC 215. Foto: internet

Por Bebel Gobbi

A Prefeitura de Jacareacanga, Pará, demitiu 70 professores Munduruku que atuam nas escolas indígenas do Alto Tapajós, usando para isso uma lei municipal que contraria todos os princípios e diretrizes da Educação Escolar Indígena Diferenciada, de regulamentação federal.

Exigir que os professores indígenas tenham formação em nível superior é um contrassenso e desrespeita a legislação nacional que rege a Educação Escolar Indígena. As demissões, portanto, são completamente arbitrárias.

NÃO À COLONIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNDURUKU!

PELO RESPEITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA!

Abaixo, a lista d@s professor@s demitid@s, com a alegação de não terem a “formação mínima exigida” pela Prefeitura de Jacareacanga:

CONT.

PROFESSORES INDÍGENAS QUE NÃO TEM A FORMAÇÃO MÍNIMA
EXIGIDA PARA MINISTRAR AULA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM JACAREACANGA EM 2014

Nº	Nome	Escola
01	Miguel Karo Munduruku	Muiussu
02	Valdelino Waro Munduruku	Akiriwatka'a
03	Benevaldo Dace Munduruku	Borum Bijempo
04	Zildo Saw Munduruku	Morro do Korap
05	Genildo Saw Munduruku	Patuazel
06	Rosivaldo Karo Munduruku	Borum Bijempo
07	Carlos Bôró Munduruku	Borum Muywatpu
08	Amâncio Karo Munduruku	Akiriwatka'a
09	Geraldo Saw Munduruku	Karo Aboy-Nova Trairão
10	Valdelino Poxo Munduruku	Morro do Careca
11	Haroldo Dace Munduruku	Bananal
12	Antonio Karo Munduruku	Akiriwatka'a
13	Josias Manhury Munduruku	Borum Muywatpu
14	Francisco de Assis Akay Munduruku	Missão São Francisco
15	Everaldo Yoto Munduruku	Papagaio
16	Flavio Kaba Munduruku	Missão São Francisco
17	Luiz Alberto Kirixi Munduruku	Missão São Francisco
18	Valdelino Muo Munduruku	Kaba Remuybu-RTP
19	Luiz Elvecio Karo Munduruku	Waretodi
20	Roseni Kurap Munduruku	Juliano Kirixi
21	José Dino Korap Munduruku	Jacaré Velho
22	Edinaldo Kirixi Munduruku	Sawre Baxik
23	José Vilson Kaba Akay	Missão São Francisco
24	Raimundo Vandecildo Dace Munduruku	Nº de Lurdes
25	Isaías Cosme Munduruku	Missão São Francisco
26	Maria Roseide Oyoy Munduruku	Missão São Francisco
27	Leandro Akay Munduruku	Missão São Francisco
28	Gercivaldo Saw Munduruku	Wareri
29	Deorice Karo Munduruku	Missão Velha
30	Gilmar Waro Munduruku	Missão Velha
31	Genival Kirixi Munduruku	Anipiri
32	Genesio Caetano Kaba Munduruku	Karo Bempo
33	Enilson Amancio Caetano Kaba Munduruku	Karo Bempo
34	Rosiane Dace Munduruku	Karo Bempo
35	Valcinete Tome Akay Munduruku	Karo Bempo
36	Valdelinda Kaba Munduruku	Karo Bempo
37	Raimundo Waro Munduruku	Nova Tapajós
38	Alberino Karo Munduruku	Bôró Benpo
39	Osmarino Kirixi Munduruku	Bôró Benpo
40	Divino do Espírito Santo Karo Munduruku	Poxo Boy-Monte Alegre
41	Vanda Waro Munduruku	Waro Apompo
42	Artemisia Manhury	Waro Apompo
43	Dorivaldo Manhury Munduruku	Paygo Baxewatpu

CONT.



44	Enivaldo Waro Munduruku	Morro do Korap
45	Derivano Kirixi Munduruku	Waro Bachembo
46	Alberto Saw Munduruku	Missão Velha
47	Nilce Bôro Munduruku	Bôro Muywatpu
48	Paulo Waro Munduruku	Bôro Muywatpu
49	Hamilton Kirixi Munduruku	Paygo Baxewatpu
50	Deusimar Dace Munduruku	Restinga
51	Luciclei Akay Munduruku	Muiussuzão
52	Alfredo Paygo Munduruku	Muiussuzão
53	Alexandre Saw Munduruku	Teles Pires
54	Leusiane Waro Munduruku	Waro Orebu
55	Alzildo Karo Munduruku	Karo Bixik
56	Elias Karo Munduruku	Karo Bixik
57	Lucindo Karo Munduruku	Sai-Cinza
58	Hileia Poxo Munduruku	Sai-Cinza
59	Edilson Kirixi Munduruku	Sai-Cinza
60	Silmara yori Munduruku	Sai-Cinza
61	Silvano Karo Munduruku	Sai-Cinza
62	Aleandro Karo Munduruku	Sai-Cinza
63	Rosivaldo Tawe Munduruku	Sai-Cinza
64	Rosinaldo Borum Munduruku	Sai-Cinza
65	Mauricio Yori Munduruku	Sai-Cinza
66	Marquinho Saw Munduruku	Sai-Cinza
67	Nercy Saw Munduruku	Sai-Cinza
68	Maria Betania Karo Munduruku	Sai-Cinza
69	Francisco Akay Munduruku	Sai-Cinza
70	Tancredo Akay Munduruku	Sai-Cinza



Aumento nas exportações do agronegócio não é motivo para comemorar
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 02.03.2014

Para coordenação estadual do MPA, se esse recurso fosse investida na agricultura camponesa, o retorno social seria muito maior

Any Cometti

02/03/2014 13:24 - Atualizado em 03/03/2014 12:01

Nas últimas semanas, o governo do Estado comemorou os números das exportações de produtos do agronegócio, produzidos em solo capixaba em janeiro deste ano. Segundo estatísticas divulgadas, foram 231,1 mil toneladas comercializadas para o exterior. Se comparado a janeiro de 2013, o valor de US\$ 151,94 milhões registrado equivale a um aumento de 50,7%. O volume exportado cresceu 84,2%.

Entretanto, a coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) lembra que um grande retorno financeiro significa que os investimentos governamentais para alcançar tal marca foram tão grandes quanto ou até maiores, como explica Raul Krauser, coordenador do movimento no Estado. Ele admite o crescimento, mas adverte que se a verba governamental, que foi destinada ao setor fosse aplicada à agricultura familiar, não só os retornos financeiros seriam maiores, como também o retorno social.

Esse processo de produção, que não utiliza agrotóxicos e sementes transgênicas para aumentar a produção, é responsável por 7 de cada 10 empregos gerados no campo. Segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que levantou dados dos anos de 2006 e 2007 e foi divulgado em 2009, a agricultura camponesa emprega no Brasil 12,3 milhões de pessoas no campo, o equivalente a 74,4% de todos os empregos gerados na área rural, em oposição ao agronegócio, que emprega apenas 25,3% dos trabalhadores do campo, cerca de 4,2 milhões de pessoas.

Além disso, 84,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar ocupam apenas 24,3% do território campesino brasileiro, enquanto 15,6% dos estabelecimentos que representam o agronegócio utilizam 75,7% das áreas ocupadas no campo. Se todas essas terras fossem destinadas à agricultura camponesa e familiar, mais pessoas seriam empregadas e assentadas no campo.

Outra questão exposta por Raul é a de que o aumento das exportações não significa uma saciedade do mercado interno. Ele explica que o aumento da quantidade de alimentos enviados para fora do país se opõe à situação de algumas regiões brasileiras, que sofrem com estiagens e cheias prolongadas e precisam de alimentos para manter a população nesses períodos. "O agronegócio é um processo de transferência direta de renda para os países do eixo central",

CONT.



explica o militante. Raul ainda acrescenta que, por lidar com tecnologias estrangeiras, agrotóxicos e sementes transgênicas, o agronegócio não beneficia a economia local dos municípios rurais, ao contrário da agricultura familiar. Em um ano eleitoral, que é o de 2014, Raul questiona se esse é o modelo de desenvolvimento que a população capixaba deseja.

Por fim, o militante lembra que o debate sobre o real aumento do agronegócio não deve se limitar ao campo, onde este sistema está instalado, mas sim ser levado também à população das cidades, que também são atingidas pelas contaminações das grandes lavouras. O agrotóxico, afinal, não contamina somente os alimentos ao qual é aplicado, mas também atinge o solo e o lençol freático, envenenando, além do alimento, também a água que se consome nos grandes centros urbanos. O Rio Doce, como destaca, é um exemplo disso, já que nasce e percorre uma área de Minas Gerais focada no monocultivo extensivo de grãos.

Raul também lembra o fato das grandes enchentes que aconteceram em dezembro do ano passado, que poderiam ter proporções muito menores se a ocupação do solo no campo fosse feita de outra forma. Por exemplo, com áreas de preservação ambiental corretas e variedade de cultivos, e não apenas com o uso de monoculturas, que acabam por empobrecer o solo e enfraquecer sua capacidade de absorção de água. Como o eucalipto, que além de apenas gerar um posto de trabalho a cada 30 mil hectares, também empobrece o solo devido ao seu monocultivo e ao grande uso de agrotóxicos. Aliás, a celulose, produto do eucalipto extraído no Estado pela Aracruz Celulose (Fibria), foi a grande responsável pelo elevado acréscimo tanto na geração de verba, quanto no volume comercializado pelo agronegócio capixaba neste ano. Segundo informações do governo do Estado, houve uma alta de 83% na arrecadação da exportação de eucalipto em janeiro deste ano, se comparado ao mesmo período do ano passado.

Moradores do Tarumã usam rede social para tentar salvar o 'último igarapé limpo de Manaus'

SÍTIO A CRÍTICA, 02.03.2014

'SOS' Água Branca: Alerta virtual, ameaça real. É nesse lema é levado pelos moradores que pedem ajuda pelas redes sociais



Um grupo de moradores do Tarumã decidiu agir e não esperar que o pior aconteça com o igarapé Água Branca, alertado como o último igarapé limpo de Manaus (Euzivaldo Queiroz)

Numa grande cidade como Manaus, a pressão da urbanização produziu, ao longo dos anos, consequências ao meio ambiente, a exemplo dos prejuízos causados aos igarapés. O desmatamento de área verde e a poluição são alguns dos fatores que ameaçam a "qualidade de vida" desses cursos d'água. Mas para especialistas, nem tudo está perdido. Porém, avisam: "dar vida" novamente aos igarapés não será uma tarefa fácil e o desafio tem custo muito elevado.

Por isso, um grupo de moradores do Tarumã, Zona Oeste, decidiu agir e não esperar que o pior aconteça com o igarapé Água Branca, alertado por eles como o último igarapé limpo de Manaus. Resolveram, então, contar a história do igarapé por meio da rede social Facebook, como tentativa de chamar a atenção para a importância da preservação do curso d'água.

É que, apesar de ser protegido pelos moradores, o igarapé Água Branca ainda é ameaçado pela
CONT.



expansão da urbanização na área do Tarumã. “É uma tentativa quase desesperada de chamar atenção para uma prática equivocada que marca Manaus desde sua fundação: derrubar o mato para a cidade crescer. Essa prática destruiu todos os grandes igarapés que entrecortam nossa cidade. Essa prática é do século passado, mas mentes obsoletas continuam achando que floresta urbana é apenas mato velho que impede o crescimento e só serve para ladrão se esconder”, explica um dos moradores, Jó Farah.

Alterações

De acordo com a bióloga Domitila Pascoaloto, da Coordenação de Pesquisas em Clima e Recursos Hídricos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), alguns trabalhos de pesquisa mostraram que as alterações dos igarapés de Manaus ocorreram por causa da urbanização, mas sobretudo, por falta de cuidados nesse processo.

“As alterações que estão tendo, por enquanto, são mais da urbanização mesmo. Se simplesmente parassem essas alterações, a própria natureza cuidaria para que ele voltasse a ser natural”, afirma.

“Meus quatro filhos e outras crianças aprenderam a nadar em suas águas. Esse igarapé (Água Branca) era considerado balneário da cidade. Era monitorado (água coletada mensalmente para exames de balneabilidade) e avaliado”, lembra Farah. Ele e os demais moradores temem que os danos causados à nascente do Água Branca seja o começo de um processo de destruição do igarapé.

“Enquanto tiver a nascente, você sempre terá esperança de recuperação, porque ela que está fornecendo a água. Só que se não parar com as ações, não adianta. Não adianta a nascente jogar água limpa se tem um monte de gente jogando muito mais coisa que vai sujar ou prejudicar de outra forma essa água. Tem que ter uma ação conjunta do poder público com a população. Porque se só um lado fazer não vai adiantar”, ressalta Pascoaloto.

Morador do Tarumã Jó Farah: “O igarapé da Água Branca está vivo”

“Não somos contra o crescimento da cidade. Somos contra o crescimento que está acabando com o último cinturão verde que ainda abraça Manaus. As zonas norte e leste se transformaram em regiões espraiadas com pouquíssimas áreas verdes remanescentes e quase nenhum igarapé vivo. A zona oeste onde está a Área de Proteção Ambiental (APA) Tarumã sempre teve vocação rural. Por isso manteve muitas de suas florestas até hoje intactas. São fragmentos enormes que abrigam uma fauna belíssima e rara. Igarapés e nascentes que ainda encantam quem não conhece. Águas que foram balneários, agora estão poluídas e desaguando no Rio Negro. O igarapé da Água Branca está vivo, cheio de peixes e com água limpa, fria e oxigenada para injetar no corpo doente do igapó do Tarumã-Mirim um pouco de água boa. Porque a cidade quer matar esse igarapé?”

Bióloga do Inpa Domitila Pascoaloto: “Teve uma mudança por causa das obras”

“Temos como exemplo o igarapé do Acará, da bacia do Tarumã, e que nasce na Reserva

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Ducke. Nós o monitoramos por vários anos e vamos lá de vez em quando. Dentro da reserva ele está natural. Quando fizemos um trabalho em 2002 e 2006, ele passava por um balneário, no Tarumã. Depois passamos a fazer a coleta em outro balneário, do "Douradinho". Quando retornamos no ano passado para fazer coleta, perto de onde passará a continuação da avenida das Torres, vimos que ele já está totalmente alterado. Onde era o Douradinho, nosso controle, agora está de fundo para um residencial. Por enquanto, é mais uma alteração hidrológica, porque a gente ainda não chegou a fazer a coleta da água lá. Os moradores dizem que já está alterado. Então, o que está acontecendo lá é que teve uma mudança na parte hidrológica do igarapé por causa das obras desse residencial".

Juiz proíbe venda de bebida e dá prazo para índios permanecerem em cidade do AM
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 03.03.2014



Aldeia da etnia kulina, em Eirunepé, no Amazonas. (Foto: Arquivo Funai)

Uma portaria inédita assinada no último dia 21 de fevereiro pelo juiz estadual Leoney Figliuolo Harraquian, da Comarca de Eirunepé (AM), proíbe a venda de bebidas alcoólicas a indígenas e restringe a permanência deles no prazo máximo de 48 horas na sede da cidade. Localizado na bacia do rio Juruá, Eirunepé fica a 1.150 quilômetros de Manaus em linha reta. A decisão judicial vem causando críticas dos índios e está sendo questionada por funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Na portaria, o juiz Leoney Figliuolo Harraquian adverte a Funai a providenciar o retorno dos indígenas, assim que estes receberem seus benefícios sociais na cidade, às suas aldeias em até dois dias sob pena de multa de R\$ 100 mil. Os índios só poderão ficar mais tempo na cidade em casos de necessidade, como doenças.

O juiz diz, na portaria, que sua medida foi tomada devido o “excessivo uso de bebida alcoólica por parte dos indígenas que chegam de suas comunidades a fim de receber seus benefícios, permanecendo na cidade de Eirunepé sem condições de higiene, hospedagem e alimentação, muitas das vezes abandonando suas crianças”.

CONT.



Em Eirunepé vive uma população de cerca de cinco mil índios das etnias kulina e kanamari. As terras indígenas estão localizadas a longas distâncias da cidade. De canoa ou embarcação de pequeno porte, as viagens levam no mínimo três dias.

O coordenador técnico e único funcionário da Funai em Eirunepé, Arquimimo Amaral da Silva, admite a existência de alcoolismo em grupos de índios (uma minoria, segundo ele) que vão à cidade, mas diz que, apesar de "bem intencionado", o juiz Leoney Figliuolo Harraquian tomou uma medida "extrema, precipitada e que rotulou todos os indígenas de alcoólatras".

Segundo Arquimimo Silva, a decisão causou uma grande insatisfação na população indígena que não ingere bebida alcoólica e que se sentiu prejudicada pela portaria.

Duas mulheres indígenas da etnia kulina ouvidas pelo Amazônia Real também questionaram a decisão. "Existe uma discriminação tão grande contra nós, agora seremos mais ainda discriminadas", disse Marta de Oliveira Kulina, 39 anos.

Silva informou que já existe uma lei federal de 1973 (Estatuto do Índio) que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a indígenas e o que o juiz fez foi repetir uma legislação. Para ele, o que precisa ser feito é fiscalizar a comercialização e punir os responsáveis pela venda.

O maior questionamento contra a portaria, porém, refere-se ao tempo que os índios poderão ficar na cidade. "O juiz atribuiu a Funai uma atitude sobre a qual ela não tem poder legal de exercer. A Funai não tem a prerrogativa de obrigar os índios a voltarem para suas aldeias. Não tenho como pegar um índio pelo braço e mandar ele voltar. O que o juiz fez foi jogar a responsabilidade para a vítima", disse.

O coordenador técnico ressalta ainda que os índios não vão à cidade apenas para retirar benefícios sociais, mas tentar ter acesso a políticas públicas e expedir documentos pessoais. A demora no atendimento resulta na permanência deles na cidade. Ele diz que os índios aproveitam a estada na cidade para abrir conta em banco e tirar documentos, como registro de nascimento e título de eleitor. Silva conta que o Rani (Registro Administrativo Indígena) e os processos para o INSS, que cabem à Funai, em geral são feitos no mesmo dia. Já outros documentos chegam a ser deferidos em 40 dias.

"O cartório nem sempre funciona. No banco, os funcionários acabam pedindo mais documentos e o índio tem que voltar no outro dia. Quando o INSS defere um benefício social, todo o processo até o saque do beneficiário leva em média 25 dias. Então, o índio tem que continuar mais tempo na cidade. Não tem como ele retornar para aldeia e depois voltar novamente, pois além de viagem ser longa, é muita cara. Quando não pode pagar combustível, ele vem no remo, em viagens que levam três, quatro, cinco dias", disse Arquimimo.

"Situação humilhante"

Em entrevista ao Amazônia Real, Leoney Figliuolo Harraquian disse que assinou a portaria como "um alerta" para que a Funai tome providências e assim evite deixar indígenas em situação "degradante, sem higiene e sem alimentação" em Eirunepé.

CONT.



“Eles ficam perambulando pela rua, bebendo muito e acabam brigando. Não tem local adequado, as crianças são abandonadas. É uma situação humilhante. Fico com pena deles. Joguei essa portaria para ver se a Funai toma uma providência”, disse o juiz.

A decisão de Harraquian não é fruto apenas de sua observação. Ele contou que muitas pessoas da cidade lhe procuraram, pedindo para que tomasse providências em relação aos indígenas.

O juiz, que está em Manaus, retorna a Eirunepé no próximo dia 15 para voltar a discutir o assunto com a Funai. Indagado sobre como se dará a fiscalização da portaria, ele afirmou que também encaminhou a decisão a outros órgãos da cidade, inclusive ao comando da polícia. “Olha, não tem como cumprir rigorosamente essa portaria. Espero que a Funai fique alerta. Tenho certeza que isso será resolvido. Não estou impedindo que o índio fique na cidade. Quero que ele fique em Eirunepé, mas de forma digna”, disse.

Stephan Dienst, um linguista que atua junto aos índios kanamari, entrou com uma representação na semana passada no Ministério Público Federal do Amazonas pedindo providências para derrubar a portaria.

“Quando soube dessa portaria encaminhei uma denúncia ao Ministério Público Federal. Não se pode tirar dos índios o direito de ir e vir. Se eles quiserem ficar um mês na cidade, podem. Um juiz não pode baixar uma portaria que viola a constituição federal apenas para resolver um problema que deve ser resolvido por todos os órgãos e não apenas pela Funai”, disse Dienst, que coordena a Associação das Comunidades Kanamari de Flecheira.

O coordenador regional da Funai em Atalaia do Norte, Bruno Pereira, disse que o juiz agiu com a visão do preconceito”, expondo os indígenas e deixando-os acuados e cerceando o direito deles de ir e vier”. Ele afirmou que a Funai também está tomando medidas para derrubar a portaria.

Pereira reconhece que o problema do alcoolismo existe, mas deve ser combatido não apenas pela Funai e sim por vários órgãos. “Seria mais simples se o juiz entendesse os problemas antes de assinar a portaria, mas ele usou o pior expediente. Para se resolver seria necessária uma ação articulada entre todos os entes públicos e não apenas a Funai. O atendimento é precário em todos os setores”, disse.

Aldeia indígena é acessível por viagem de três horas em barco

Falta de estrutura

A Coordenação Técnica (CT) da Funai em Eirunepé tem apenas um funcionário concursado (Silva), que responde por uma população de aproximadamente 5,7 mil indígenas de 38 aldeias dos municípios de Envira, Itamarati, Ipixuna e Eirunepé, localizadas na bacia do rio Juruá. A CT é subordinada à Coordenação Regional da Funai, cuja sede fica localizada no município de Atalaia do Norte. As viagens de Atalaia até Eirunepé são possíveis apenas pelo rio (leva vários dias) ou por avião fretado.

CONT.



Arquimimo Amaral da Silva reconhece que há um alto índice de alcoolismo entre os indígenas e tenta, dentro de suas possibilidades, realizar atividades preventivas. Na semana passada, a Funai realizou um palestra com a organização Alcoólicos Anônimos com um grupo de indígenas.

Ele conta que, em parceria com a Polo Base da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que fica na sede de Eirunepé, a Funai deverá realizar um levantamento sobre os indígenas que ficam em trânsito na sede municipal para assim identificar as dificuldades que estão sendo enfrentadas por eles.

Um dos grandes desafios para tentar solucionar o problema do alcoolismo – assim como outras doenças – é a falta de estrutura de saúde na região. O único polo base da Sesai está localizado na sede de Eirunepé. Equipes de saúde ficam apenas esporadicamente nas aldeias.

“Poucas aldeias têm postos saúde, por isso os índios são obrigados a vir para a cidade. Muitos vêm com seus próprios recursos, a remo, de canoa, ou em ‘rabetinhas’ (canoa a motor) com gasolina emprestada. As aldeias não têm rádio de comunicação e isso dificulta as remoções. A situação de educação é outro problema. Apenas duas aldeias têm escolas. Ou seja, é todo um conjunto de ações que deveriam ser desencadeadas”, contou Arquimimo.

Mulheres kulina questionam

Funcionária da Casa de Saúde Indígena (Casai) em Eirunepé, Erondina Araújo da Silva, 48 anos, da etnia kulina, disse que é preciso tomar providências em relação aos indígenas que sofrem de alcoolismo, mas que não concorda com a medida judicial.

“Muitos índios vão parar no aterro da cidade e na beira do rio. Mas daí assinar um documento como desse juiz é demais. Os índios ficam muito tempo na cidade porque precisam tirar documento. Nisso, muitos comerciantes aproveitam para vender bebida para eles”, disse Erondina, que nasceu na aldeia Piau.

Marta Zacarias de Oliveira, 39 anos, que estava de passagem por Eirunepé antes de voltar para sua aldeia quando o Amazônia Real conseguiu falar com ela por telefone, disse que a portaria é discriminatória.

“O índio é livre para andar em qualquer canto. Quando ele vem para a cidade, fazer suas coisas, tudo é muito demorado. Além de ser desrespeito, ele ainda sofre preconceito e é mal tratado”, diz Marta, que é conselheira distrital de saúde indígena.

Marta concorda que o consumo de bebida está “muito forte” entre os índios e que é preciso tomar providências para evitá-lo. “Os índios que viajam para a cidade não têm controle. Os brancos não estão nem aí, vendem a bebida assim mesmo. Mas alguém pergunta para o índio por que ele bebe? Como ele poderá ser tratado se nas aldeias não tem posto de saúde, não tem remédio. Eu fico muito triste com tudo isso”, relata Marta.

Liderança indígena do Povo Pitaguary foi mantida em cárcere privado por mais de 20 horas!

SÍTIO O PLANETA EM MOVIMENTO, 03.03.2014



Situação muito grave: a liderança indígena Rosa Pitaguary foi mantida em cárcere privado e sob ameaça de armas por mais de 20 horas, neste sábado e domingo. O motivo: a luta em defesa do Povo Pitaguary.

"No último sábado por volta das 21 horas um grupo de índios contrários à luta indígena e não-índios invadiram a casa de apoio na aldeia Monguba Pitaguary e lá mantiveram por mais de 20 horas a liderança e representante da Comissão Nacional de Política Indigenista Rosa Pitaguary. Durante essas 20 horas várias ligações foram feitas para as policias militar, federal e civil, mas foi muito revoltante o descaso dado a esta grave situação por parte da polícia. A Policia Federal não veio por que disse que este caso não era de interesse da União. Já a policia militar também não podia fazer nada porque a área era Federal. Gente foi angustiante só conseguimos a presença da polícia por volta das 15hs de domingo por interferência de uma pessoa que é da polícia que usou sua influência e amizade e nos ajudou. Só assim a policia veio a Rosa foi libertada, depois de mais de 20 horas mantida refém". Clécia Pitaguary

NOTA DO CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza reitera o seu apoio e apreço pelas lideranças do povo Pitaguary, que sempre estiveram juntas da comunidade lutando pela dignidade e terra. Reprovamos toda forma de coação, intransigência e violência que vise desqualificar a luta coletiva e as autênticas representações desse povo. A luta é de todos, mas precisa de líderes, que não são impostos através da força e sim da dedicação que empregam a causa. Reprovamos também a omissão da polícia que se esquia de agir quando demandada colocando vidas em risco em nome de meras formalidades legais.

Atenciosamente,
CDPDH.



Combate à desertificação é necessário para garantir segurança, diz ONU

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.03.2014

Da Agência Lusa, na Agência Brasil

Combater a desertificação é necessário também em termos de segurança, alertou hoje (3) a Organização das Nações Unidas (ONU) no lançamento de um estudo que mostra uma ligação entre a desertificação, as alterações climáticas e as crescentes ameaças à segurança nacional e internacional.

O estudo Desertificação: A Linha da Frente Invisível é a primeira iniciativa que destaca essa ligação, segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

"Insegurança alimentar, conflitos relacionados com a água, migração, radicalização política e falência do Estado são cada vez mais evidentes em países em que grandes populações pobres, que dependem de terras frágeis ou desertificadas, estão cada vez mais expostas a acontecimentos climáticos extremos", indica o estudo.

O relatório da UNCCD estima em mais de 1 bilhão o número de pessoas que atualmente não têm acesso à água, prevendo que "a procura vai aumentar 30% até 2030".

Segundo o relatório, em 2020 cerca de 60 milhões de pessoas poderão deslocar-se das áreas desertificadas da África Subsaariana para o Norte da África e da Europa.

As alterações climáticas provocam acontecimentos climáticos extremos, como secas prolongadas e inundações, afetando "comunidades mais vulneráveis à desertificação", alertou a secretária executiva da UNCCD, Monique Barbut.

As declarações de Barbut foram divulgadas em uma mensagem de vídeo durante um evento em Maseru, capital do Lesoto, para lançar a campanha global que antecede o Dia Mundial de Combate à Desertificação, em 17 de junho.

Segundo ela, este dia "é uma oportunidade única para lembrar a todos que a degradação dos solos pode ser combatida eficazmente e que existem soluções".

"A campanha promove uma abordagem baseada nos ecossistemas, para conseguir uma 'terra à prova de clima' e garantir a sua produtividade para as gerações presentes e futuras", segundo o comunicado.

Para o presidente da Global Environment Facility (organização financeira que subsidia projetos relacionados com o meio ambiente), Naoko Ishii, "em nenhum outro lugar no mundo estão as ameaças de desertificação mais intimamente ligadas à segurança alimentar e à estabilidade política e econômica do que nas terras áridas da África".



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

O estudo da ONU mostra “uma sobreposição” das regiões em África mais vulneráveis à desertificação e onde aumentaram a temperatura e a seca ao longo dos últimos 40 anos, com as “áreas que registaram alta incidência de ataques terroristas em 2012 e onde ocorreram tumultos provocados pelo aumento do preço dos alimentos em 2007-2008”.



Nível do Rio Madeira continua subindo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.03.2014

Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil

Edição: Andréa Quintiere

O nível do Rio Madeira, que corta Porto Velho, em Rondônia, continua subindo e hoje (4) registrou 18,73 metros. Na última grande enchente na região, em 1997, o rio atingiu 17,52 metros.

Segundo o tenente-coronel Denargli da Costa Farias, do Corpo de Bombeiros de Rondônia, ainda há previsão de chuvas fortes na Bolívia, o que influencia diretamente o nível do rio. A Defesa Civil já está preparada caso seja preciso remover mais famílias de suas casas.

Atualmente, 2.041 famílias atingidas pela cheia do Rio Madeira estão em 43 abrigos de Porto Velho e em outros distritos. Em São Carlos e Nazaré, todas as famílias precisaram deixar suas casas. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil enviou para Rondônia 500 barracas com capacidade para até dez pessoas, que serão instaladas na região do médio e baixo Madeira, segundo o coronel Farias.

Ele explica que as equipes de socorro e assistência estão em trabalho constante, coordenando os abrigos, a distribuições de alimentos e verificando a situação e a segurança das casas alagadas. "Eles [os desabrigados] também querem saber como estão suas casas, suas propriedades, mas temos que manter uma disciplina dentro do abrigo e cada vez mais melhorar a assistência para que as famílias não saiam da rotina", disse o coronel.

O Navio de Assistência Hospitalar Oswaldo Cruz, da Marinha do Brasil, está ancorado em Porto Velho para dar suporte aos atendimentos médicos e odontológicos e para a aplicação de vacinas. São três médicos, três dentistas, um farmacêutico e seis enfermeiros a bordo, além de uma tripulação formada por oito oficiais e 43 praças que estão recebendo os casos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

O governo do Acre também trabalha para que o estado não sofra com o desabastecimento. Na BR-364, que liga Rondônia ao Acre, veículos grandes ainda conseguem trafegar. A rodovia está sendo monitorada constantemente pela Polícia Rodoviária Federal e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e chegou a ser interditada na última quinta-feira (27).

Segundo o coronel Farias, está sendo feita uma operação para que a balsa chegue mais perto das áreas não alagadas. Quatro caminhões do Exército, com a suspensão mais elevada, também fazem o transporte de produtos para o Acre.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Segundo o governo do estado, o Rio Acre está em vazante, mas nenhuma operação de retorno das famílias às suas casas está prevista no momento. Atualmente, o Parque de Exposições de Rio Branco (AC) abriga 1.290 pessoas.



MS – Mortalidade indígena de 1 a 4 anos cresce. Em Amambai, todos os bebês mortos até 1 ano de idade, desde 2011, eram indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.02.2014

Bruno Martins, em A Gazeta News

Dados repassados pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena mostram que houve um aumento de 43% no número de mortes de crianças de 1 a 4 anos em todo o Mato Grosso do Sul entre os anos de 2011 e 2012.

Seguindo os vários movimentos indígenas ocorridos em Amambai reivindicando melhorias na saúde nas aldeias, o Jornal A Gazeta esteve fazendo um levantamento junto à secretária de saúde municipal para identificar os números mais atualizados de ocorrências envolvendo mortes de crianças indígenas.

Os dados adquiridos são alarmantes, entre os anos de 2012 e 2013 foram contabilizados 14 mortes de crianças até 1 ano de idade, 06 em 2012 e 08 em 2013. Segundo o secretário de saúde de Amambai, Pedro Humberto, "todos os registros de mortalidade infantil até 1 ano de idade em Amambai são de indígenas", relatou o secretário de saúde.

Segundo dados do plano municipal, o índice de mortalidade infantil com idade até 1 ano de idade diminuiu significativamente de 2000 até 2010, caindo 14%, saindo de 22,7 por cada mil nascidos vivos para 19,4 para cada mil nascidos vivos, levando-se em conta que em Amambai a média de nascimentos anuais gira em torno de 850 pessoas, esses números sofrem outra diminuição.

Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a taxa de mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil nascimentos vivos em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 18,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

O Jornal A Gazeta procurou a direção da SESAI de Amambai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) para obter informações sobre os dados divulgados, a reportagem foi direcionada a entrar em contato com a chefe do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) Eliete Domingues, mas mesmo após várias tentativas não possível conseguir a versão do órgão responsável pela saúde indígena do Estado.



Atingidos por Belo Monte ocupam reassentamentos da Norte Energia

SÍTIO MAB AMAZÔNIA, 04.03.2014

Nesta terça-feira (04) cerca de 200 atingidos pela barragem de Belo Monte, moradores dos "Baixões" de Altamira ocuparam o reassentamento Jatobá da empresa Norte Energia.

Todos os anos, com a subida das águas durante o inverno (estação chuvosa na região), as famílias que moram em bairros abaixo da cota 100 e ao longo dos igarapés que cortam a cidade de Altamira são obrigadas a saírem de suas casas e acamparem no Parque de Exposições da cidade.

Este ano havia uma grande expectativa que a Norte Energia proporcionasse a mudança das famílias atingidas por Belo Monte antes do período de cheias do rio Xingu, no entanto isso não aconteceu, em virtude da demora da empresa em realocar os atingidos, as famílias se recusam a ter que abandonar suas casas e irem para outros locais a não ser suas moradias definitivas.

Por isso, os atingidos ocuparam o reassentamento e afirmam que não saíram e cobram da Norte Energia que seja garantido os direitos das famílias e que mais nenhuma violação seja cometida.

"As promessas de dias melhores pelas empresas da barragem já faz tempo, mas nós estamos alagados mais uma vez e já estamos esperando há muito tempo uma resposta da empresa, agora não sairemos mais daqui", afirma Maria da Silva, atingida e moradora dos Baixões.

As famílias ainda denunciam que, o que a Norte Energia chama de reassentamento, são moradias de péssima qualidade, sem as estruturas adequadas para abrigar as famílias, ao contrario das propostas da própria empresa que prometeu casa da qualidade e de tamanhos variados de acordo com o perfil das famílias.

A barragem de Belo Monte está sendo construída em ritmo acelerado para entrar em funcionamento no início de 2015. A ocupação faz parte das atividades da jornada de lutas do 14 de Março, Dia Internacional de Luta dos Atingidos por Barragens.



Disponibilização de terras para indígenas é desproporcional, afirma integrante da FPA
SÍTIO OLHAR DIRETO, 05.03.2014

A demarcação de terras indígenas continua sendo debatida pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) através de audiências com representantes do governo federal em Brasília e voltará à pauta na próxima semana na Comissão Especial da PEC 215 instalada no final de dezembro na Câmara Federal.

Apesar da garantia dada pelo governo de que a Portaria 303 está vigorando desde o início do mês, membros da Frente cobram um comprimento da medida que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal para o caso Raposa Serra do Sol.

Para o deputado Alexandre Toledo (PSDB-AL), uma das preocupações da FPA é com a disponibilização de terras entre índios e agricultores que, para ele, é considerada desigual.

“A proporção hoje do que é disponibilizado aos índios e o que é disponibilizado ao restante da população está numa proporção totalmente desigual”, ponderou.

Segundo o parlamentar, um dos representantes do setor sucroalcooleiro do Nordeste do país, os índios precisam ser respeitados também no seu direito de produzir.

“Já há casos de índios sendo presos por não poderem dar destinação produtiva às suas terras de forma coerente. Então precisa ser revisto todo este processo”, frisou.

Outra frente defendida pela FPA é a proposta de emenda constitucional 215 que retira da Funai o poder de demarcar as terras indígenas. Segundo a proposta, a fundação permanece com o direito de fazer o levantamento das áreas a serem demarcadas. No entanto, o decreto de demarcação só teria validade se aprovado pelo Congresso.



Carreta tomba e indígenas saqueiam carga de soja, em Nova Laranjeiras

SÍTIO CGN, 05.03.2014

O condutor da carreta sofreu ferimentos leves e foi levado pela Ecocataratas ao hospital São Lucas...

Uma carreta carregada com soja tombou no início da tarde de ontem (4), no km 483+100 da rodovia BR-277, em Nova Laranjeiras. A carga que estava sendo transportada ficou espalhada pela pista e acabou saqueada por brancos e indígenas, que compareceram ao local em grande número.

Luiz Fernando Smanioto, condutor da carreta Scania 124, com placas de Nova Santa Rosa (PR), teria perdido o controle da direção em uma curva, batido na mureta de proteção da rodovia e tombado na lateral da pista. Ele sofreu ferimentos leves e foi levado ao hospital São Lucas por uma ambulância da Ecocataratas.

A carreta teria sido carregada em Ponta Porã (MS) e seguia para o porto de Paranaguá (PR).

O veículo foi retirado do local por volta das 15h e o tráfego na rodovia se normalizou.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou o acidente.

Nenhuma providência foi tomada quanto ao saque da carga.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Indígena é encontrado morto na Aldeia Marangatu

SÍTIO COXIM AGORA, 05.03.2014

O indígena Junior Gonçalves de Souza foi encontrado morto na tarde de hoje, por volta do meio-dia, na Aldeia Marangatu, na cidade de Antônio João. O caso foi denunciado à Polícia Civil do município que, registrou o fato como morte a esclarecer.

Conforme informações contidas no boletim de ocorrência, a vítima foi encontrada enforcada. Não foi informado o local que estava o corpo e se ele havia algum tipo de desentendimento ou problemas pessoais.

Aty Guasu: Jagunços atacam Pyelito kue todas as tardes desde 1º de março. Ontem, 4, cinco barracas foram baleadas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2014



Aty Guasu

Urgente: hoje, 04/03/2014, às 19 horas, 250 pessoas da comunidade Guarani Kaiowa do acampamento do Puelito kue foram atacadas pelos pistoleiros das fazendas. Cinco barracas do tekoha Pyelito kue, de Iguatemi, foram totalmente perfuradas pelas balas dos pistoleiros.

"Aqui os pistoleiros estão nos atacando e atirando sobre as barracas", ligou e comunicou a liderança. "Estamos correndo em diversas direções com as crianças e idosos/as. Não sabemos se há feridos; muitos choros e gritaria no meio dos tiros", informa comunidade Guarani Kaiowa do Pyelito kue.

Desde 01 de março de 2014 os pistoleiros das fazendas do município de Iguatemi-MS passaram a disparar os tiros sobre a comunidade Guarani e Kaiowá todos os dias. Os horários de tiros são 19 e 20 horas. Hoje, 04/03, recomeçam os tiros no Pyelito kue.

No dia 01/03/2014, às 20 horas, "chegaram 5 motoqueiros fortemente armados e atiraram mais de 50 tiros sobre a comunidade. Esses motoqueiros continuam rondando nosso acampamento. Se Polícia não desarma os pistoleiros, nós mesmos vamos desarmar esses pistoleiros das fazendas. Nós não vamos ter medo de tiros", denunciam as lideranças.

Há risco iminente de acontecer confronto em acampamento Pyelito kue, em Iguatemi, Mato Grosso do Sul.

[Enviada para Combate Racismo Ambiental por Margaret Pereira]

Corpo de indígena desaparecido após naufrágio em interior do AM é encontrado
SÍTIO A CRÍTICA, 05.03.2014

Um Inquérito Administrativo sobre Fatos da Navegação (IAFN) foi aberto pela Marinha, a fim de apurar as causas e responsabilidades pelo acidente



Paisagem do município de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, com a montanha "A Bela Adormecida" ao fundo (Clóvis Miranda)

Foi encontrado na tarde desta terça-feira (4), o corpo do indígena que estava desaparecido após naufrágio de uma embarcação no último domingo (2), no município de São Gabriel da Cachoeira (a 852 quilômetros de Manaus). A informação foi divulgada apenas nesta quarta-feira (5), pela Marinha do Brasil, por intermédio do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN).

O acidente ocorreu após a embarcação tipo voadeira, que prestava serviço à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ter naufragado por volta das 18h40, nas proximidades da comunidade São Sebastião.

As buscas foram realizadas pela equipe de Inspeção Naval do Destacamento da Marinha do Brasil, em São Gabriel da Cachoeira, com o apoio de uma Embarcação de Transporte de Topa (ETT) do Exército Brasileiro, três embarcações de moradores da comunidade e dois funcionários da FUNAI.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Um Inquérito Administrativo sobre Fatos da Navegação (IAFN) foi aberto pela Marinha, a fim de apurar as causas e responsabilidades pelo acidente.

*Com informações da assessoria de imprensa do Com9ºDN



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

MS – Por Luiz Henrique Eloy, Retomada Esperança vira campus para uma inédita defesa de Mestrado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.02.2014



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

A partir das 8 horas do dia 13 de março, quinta-feira, a Retomada Esperança será transformada em campus pelo Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Numa iniciativa ao mesmo tempo inédita, bela e coerente, a 'academia' se deslocará para a Terra Indígena ainda em disputa para a realização da banca de defesa de mestrado do advogado Luiz Henrique Eloy!

O título do trabalho é Poké'exa ûti – O território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local, e a banca será integrada por: Prof. Dr. Josemar Campos Maciel, da UCDB; Prof. Dr. Heitor Romero Marques, também da UCDB; e Prof. Dr. Antonio Hilário Aguilera Urquiza, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Segundo o convite, está confirmada a presença do corpo discente e docente do Programa de Pós-Graduação da UCDB, bem como a vinda de vários alunos europeus. [E com certeza eu também estarei lá, na força da felicidade e da torcida].

Povos do Cerrado trabalham para proteger o bioma e superar a pobreza

SÍTIO ECODEBATE, 05.03.2014



Vegetação do Cerrado. Foto: Antonio Cruz/ABr

Atividades sustentáveis feitas por indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais do cerrado serão financiadas pelo Banco Mundial e o Fundo de Investimentos do Clima (CIF).

Trata-se de um reconhecimento inédito dado ao esforço desses povos para evitar o desmatamento e preservar as espécies da região.

O cerrado é o segundo maior bioma brasileiro e um dos menos protegidos.

Mal o dia começa em Carolina (MA), Jaylton Hycroh, 23 anos, já está no batente. Aos poucos, ele traz caixas e mais caixas de caju a uma mesa. Nela, os frutos bons serão selecionados por ele e quatro colegas. Depois, os caju serão processados até virar polpa congelada.

"Gosto desse trabalho porque, além de preservar as frutas do cerrado, dá uma fonte de renda aos moradores das aldeias indígenas", conta ele. Hoje, 20% da matéria-prima processada na Fruta Sã – onde trabalha o jovem Krikati – vem desses povos.

O percentual poderia ser ainda maior (até 50%, segundo o gerente da fábrica, Geert Haveman), mas nem sempre as comunidades têm condições de extrair e transportar as frutas com segurança. "Os próprios Krikati deixam de mandar o açaí e o buriti coletados na aldeia porque não contam com freezer", exemplifica Hycroh.

CONT.



Medo da inadimplência

Cerca de 1.500km ao sul, em Montes Claros (MG), diversas comunidades tradicionais vivem do processamento da cana, da mandioca e de 18 frutos do cerrado.

Ali, os desafios são outros, mas igualmente grandes, como conta Braulino dos Santos, coordenador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. "Para serem vendidos, os produtos dessas comunidades recebem as mesmas exigências feitas aos industrializados, e o preço pago é menor."

Ele acrescenta: "Como as comunidades tradicionais ainda não estão bem preparadas para receber financiamento público, muitas associações de produtores rurais têm dificuldade para prestar contas ou acabam contraindo dívidas impagáveis".

Embora distantes, as histórias de Jailton Hycroh e Braulino Santos resumem o cotidiano de quem obtém emprego e renda com o uso sustentável do cerrado. Ainda assim, eles apostam em um cenário melhor para as comunidades locais.

Financiamento sob medida

Pela primeira vez, o Banco Mundial e o Fundo de Investimentos do Clima (CIF, na sigla em inglês) se uniram para financiar atividades de preservação do bioma. US\$ 6,5 milhões (cerca de R\$ 14 milhões) serão usados para isso, dos quais cerca de 70% vão diretamente para as mãos de comunidades tradicionais e indígenas.

Open Quotes As comunidades querem muito saber como melhorar seus produtos e vendê-los para mais mercados. Close Quotes Júlia Miras, Consultora do Banco Mundial

As opiniões ouvidas em três consultas públicas – a última delas, em setembro – ajudarão a dar forma ao projeto e fazer com que os recursos estejam disponíveis a quem realmente precise. "Eles só fazem a diferença quando usados para projetos pensados pelas comunidades", explica Júlia Miras, consultora do Banco Mundial.

"Ainda não sabemos que atividades serão financiadas, mas as comunidades querem muito saber como melhorar seus produtos e vendê-los para mais mercados."

O perigo das queimadas

Por meio da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e do artesanato, as famílias a serem contempladas pela iniciativa ajudam a preservar um bioma presente em 22% do território brasileiro.

Mesmo reconhecido como a savana mais rica do mundo, o cerrado é um dos biomas menos protegidos do país: as unidades de conservação cobrem apenas 8,21% de suas terras. Além disso, 137 espécies da fauna estão ameaçadas de extinção, segundo o Ministério do Meio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Ambiente.

O desmatamento, a produção de carvão e a ocupação desordenada não só geram conflitos sociais, mas também aumentam riscos e efeitos das mudanças climáticas no bioma. Solucionar esse último problema, por sinal, é um dos principais objetivos do novo projeto – e algo bem-vindo para quem vive na região e de suas riquezas.

“O cerrado em algumas áreas já está em desertificação por causa das queimadas. E o fogo também afeta as frutas, que dão alimento a tanta gente. Por isso é tão importante preservá-lo”, defende o jovem Jailton Hycroh antes de voltar à labuta.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

AM – Maria Carvalho Barreto, filha de indígenas Mura do Maturá, foi encontrada morta anteontem, após participar de reunião para a demarcação da aldeia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=b8JKyVHMF5s

Por Jakeline De Souza

Maria Carvalho Barreto, brasileira, filha de indígenas Mura do Maturá, de Manicoré, foi encontrada morta na manhã de ontem, 03.03.2014, na entrada da sua casa, que se pode ver atrás dela na foto registrada anteontem, no momento em que passamos por lá para levá-la para a reunião. Maria assinou anteontem o pedido de Demarcação da Aldeia Patakuá Deus é Bom, elaborado e assinado pela comunidade durante a reunião.

QUEREMOS JUSTIÇA! A VOZ DE MARIA SEGUE NA VOZ DE TODA GENTE QUE EXIGE DIGNIDADE.

Início o vídeo diferente do que estava programado para homenagear esta mulher e lembrar a todas/os que os responsáveis serão encontrados e julgados pelo crime horrendo que cometeram contra a vida de uma mulher que voltou para o seu lugar de origem com o propósito de ver crescer seu filho na dignidade e na paz.

Que a força e dignidade desta mulher amazônida seja Estrela-Guia para nossa própria vontade.

Brasil das Amazonas, Brasil de MARIA.
Somos TODAS Maria.
TERRA PARA OS POVOS DA TERRA.

Críticas, sugestões: souzajakelinede@gmail.com
+55 92 9232-2100
Antropóloga responsável: Jakeline De Souza

Das 34 aldeias no município de Manicoré, apenas 13 estão em terras homologadas. As outras, como a Aldeia Parirá, estão em terras que, se quer, foram identificadas. A identificação é o primeiro passo para a homologação das terras. As aldeias são todas reconhecidas, a população indígena é reconhecida, mas o direito sobre as terras está em constante ameaça pela falta de proteção legal dessas terras, pois terra indígena que não está homologada é constantemente ameaçada por invasores e pela depredação da floresta, sua população é constrangida por atos de preconceito, e ainda que toda a população deste Continente Ancestral Indígena que liga o Pólo Sul ao Pólo Norte, e ainda mais especialmente a população amazônida, tenha toda, em maior ou menor medida, raízes ancestrais indígenas, a negação sobre nossa ancestralidade indígena resiste na disputa pelo poder econômico sobre os recursos, as riquezas, da Terra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Brasil, Amazonas, Manicoré.
03 de março de 2014.

FLORESTA PARA QUEM PRECISA DA FLORESTA VIVA PARA MANTER SUA PRÓPRIA VIDA.

Este trabalho é totalmente voluntário, sendo as despesas para alimentação, alojamento e deslocamentos, todas, pagas por indígenas Munduruku e Mura que vivem em Manicoré, especialmente das Aldeias Patakuá Deus É Bom, Parirá; por indígenas que lutam por espaço para viverem em aldeias; pelo indígena Walmer Vasconcelos, que atua na FUNAI de Manicoré; e também pelo ICMBio, Instituto Chico Mendes em Manicoré, que, na pessoa de David de França, torna possível nosso acesso à internet, pois as condições para comunicação aqui são precárias. Nem a FUNAI tem acesso à internet. Obrigada!

Povo Ka'apor continua limpeza dos limites, autovigilância e fecha o maior e mais movimentado ramal de madeireiros na TI Alto Turiáçu, Maranhão
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2014



Mesmo com uma determinação judicial de instalar Postos de Vigilância na TI Alto Turiáçu, Maranhão, o povo Ka'apor continua vendo o descaso dos órgãos responsáveis pela proteção Territorial e Ambiental dos territórios indígenas.

Há dois anos o povo Ka'apor decidiu proteger sua floresta visando a permanência de gerações futuras no território, como afirmam: "Jande ruhã ha ka'a rehe" (Nossa floresta é nosso plano de vida). Continuam realizando monitoramento territorial e ambiental com a autoidentificação dos marcos demarcatórios/limites, limpeza dos limites, autovigilância com retirada de invasores, posseiros que mantinham roças dentro da área e retirada de madeireiros.

Com a criação do terceiro Ka'a sak ha, áreas de proteção ambiental, dão continuidade à defesa de seu território, da floresta. Neste último dia 03 de março de 2014, cerca de 100 ka'apor (homens, jovens, mulheres e crianças) desarmaram pessoas e fecharam o maior e mais movimentado ramal de entrada de madeireiros em seu território, conhecido como "80", município de Maranhãozinho.

Conseguiram fazer de forma organizada, com a presença de indígenas de todas as aldeias Ka'apor, o que o IBAMA, o Exército e a Funai não conseguiram fazer em duas operações no ano de 2013.

Com a organização interna, as famílias estão conseguindo proteger e circular livremente pelos limites em busca de alimento (caça, peixe, frutos e outros alimentos da época das intensas chuvas). Tais ações são demonstrações da inoperância do Estado em garantir a defesa e proteção dos territórios indígenas no Brasil, de que devem realizar consultas prévias aos Povos Indígenas em qualquer ação de governo e de maturidade dos povos indígenas no exercício de sua autonomia.

MPF veda obras e Defesa Civil busca alternativas para tirar região de Guajará do isolamento

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 05.03.2014



A Defesa Civil Estadual concentra suas ações na busca por uma rota alternativa que possa permitir a passagem de veículos transportando gêneros alimentícios e combustível para a região da BR-425, onde estão localizadas as cidades de Nova Mamoré e Guajará Mirim, que ficaram totalmente isoladas via terrestre.

Segundo informou o coordenador estadual, coronel Lioberto Caetano, a situação voltou a ficar preocupante, depois que o Ministério Público Federal (MPF) recomendou a retirada das máquinas do DER, que atuavam no apoio na BR-421, que vinha sendo usada como rota alternativa para abastecer essas cidades. Segundo o MPF, índios poderiam ser prejudicados, uma vez que a rota alternativa invadiria áreas de reservas indígenas e o Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Pelo que explicou o coronel, a tarefa agora é encontrar em caráter de urgência uma rota que suporte a passagem de caminhões, porque a população começa a sentir os efeitos do desabastecimento. "A situação mais preocupante no momento é a criação de uma rota alternativa para Guajará. Estamos trabalhando em cima disso, mas claro, mantendo todas as demais ações de apoio as famílias desabrigadas. O DER retirou as máquinas de lá por recomendação do Ministério Público Federal e estamos procurando uma solução", disse Caetano.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

O coronel ainda informou que as previsões meteorológicas, apontam para um quadro de estabilidade, com o nível do Rio Madeira se mantendo próximo a cota atual, porém, alerta ele, esse quadro não é bom, uma vez que a primeira vazante deve ocorrer somente em um prazo de trinta dias.



Boletim de Notícias - Edição nº 40./ 2014

Brasília, 05 de março de 2014.

Apagão? Não, imposição de um modelo decadente. Por Telma Monteiro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2014



Ironia do destino. O JN informou que as hidrelétricas estão com nível quase igual ao da época do apagão.

"Foi o terceiro mês seguido de queda. A quantidade de água dos reservatórios nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, que abastecem 70% do país, vem baixando desde o início da temporada de chuvas: 43% da capacidade de armazenamento em dezembro do ano passado; 40% em janeiro deste ano e 34% agora em fevereiro. É um nível semelhante ao de fevereiro de 2001, ano do racionamento, quando os reservatórios estavam com 33% da capacidade."

Bem feito. Não foi falta de avisos por parte de cientistas, especialistas pesquisadores, professores. Uma matriz elétrica calcada em mais de 70% em hidrelétricas, com as mudanças climáticas batendo na nossa porta, só poderia dar nisso. "Fartura de energia", diz o governo. "Somos abençoados por uma energia tão limpa, enquanto o mundo se estapeia por ela". Mas esse mundo já saiu na frente, buscando a solução. E o Brasil? Não saiu do lugar.

As usinas no rio Madeira foram impostas à sociedade com o argumento de que estaríamos a beira do apagão se elas não fossem construídas. O mesmo argumento foi usado para justificar Belo Monte. O mesmo está sendo usado para também justificar as usinas no rio Tapajós e no rio Teles Pires.

De 2003 até agora, onze anos depois que essa histeria começou, as usinas do Madeira, já em conclusão, não estão servindo para nada. As linhas de transmissão com 2.450 km para trazer a energia de Porto Velho para o Sudeste, só ficaram prontas depois que as turbinas de Santo

CONT.



Antônio estavam operando. As mesmas turbinas de Santo Antônio que agora foram desligadas por ordem do Operador Nacional do Sistema (ONS) devido à cheia. Linhas de transmissão com custo absurdo não estão transportando, hoje, nenhum MWh. A previsão é que as cheias da bacia do rio Madeira vão avançar para todo o mês de março.

Na mesma toada vão as obras de Jirau, com algumas poucas turbinas em operação, com custos que já dobraram, subsidiados pelo BNDES dos governos de Lula e Dilma Rousseff, estão ameaçadas de colapso pela enchente histórica. Do outro lado da fronteira as autoridades bolivianas gritam que tinham a garantia das autoridades brasileiras de que as usinas não afetariam seu território. Balela! Tanto os bolivianos como os brasileiros sabiam direitinho que a Bolívia sofreria com as hidrelétricas. Até os estudos de viabilidade confirmavam isso. Estudos que os próprios empreendedores fizeram e que a Aneel aceitou.

Nada melhor para calar a boca de uns e outros que promessas de dinheiro e mega obras para políticos corruptos e empreiteiras sequiosas por empreendimentos que consomem muito concreto e ferro e que precisam remover milhares de m³ de rochas. Mais duas hidrelétricas foram acertadas, uma em solo boliviano e outra binacional, e então ficou o dito pelo não dito.

O rio Madeira foi subestimado quando os estudos de viabilidade e ambientais foram elaborados lá em 2002/2003. Nesses onze anos não houve a mínima preocupação do governo para incentivar programas de eficiência energética ou de economia de energia elétrica. População, indústria e comércio continuaram num festival de consumo de energia elétrica já que o possível apagão iminente, inventado pelo setor elétrico do governo, tinha sido evitado com as usinas no rio Madeira.

Porto Velho está a jusante (rio abaixo) cerca de seis quilômetros da barragem de Santo Antônio e está sofrendo seus impactos. Bom lembrar que Altamira, no Pará, ao contrário, está cerca de seis quilômetros a montante (rio acima) da barragem de Pimental, da hidrelétrica Belo Monte. Se as cheias que assolam a bacia do rio Madeira se repetirem na bacia do rio Xingu, teremos surpresas desagradáveis. Alguém já está pensando nisso?

Nem as alternativas como a energia eólica e solar fotovoltaica fizeram parte do planejamento sempre ruim do Ministério de Minas e Energia (MME). Menos mal, quem sabe assim, com um sistema à beira de um colapso, alguém no governo começa a pensar em para quem realmente está servindo a energia produzida pelas hidrelétricas e para que ela está sendo utilizada, na verdade. E seria bom aproveitar o embalo para tentar (acho que já escrevi isso mais de uma centena de vezes) minimizar as perdas técnicas das nossas linhas de transmissão e distribuição sucateadas. Isso também gera apagão.

Para agravar a situação, Dona Dilma, querendo fazer gracinha com o povo brasileiro que, infelizmente, não entende essa história de energia elétrica, acabou prometendo descontos mirabolantes na conta de luz. O resultado, evidente, o consumo aumentou.

Como isso tudo vai acabar? Não tenho bola de cristal, mas que a caixa preta do Ministério de Minas e Energia tem que ser aberta, tem. Essa seria uma boa oportunidade com a questão tão evidente na mídia.

Acre isolado: Balsa do Abunã voltou a operar e travessia demora três horas
SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 05.03.2014



O serviço de construção do porto provisório No distrito de Abunã, onde operam as balsas que fazem a travessia no Rio Madeira para o Estado do Acre, foi concluído antes do previsto pelo DNIT e o transporte começou a ser realizado, informou o inspetor João Bosco Ribeiro, da Polícia Rodoviária Federal. Como é um ponto improvisado, a travessia vai demorar em torno de três horas. O local permite o atracamento de uma balsa por vez, por isso o tempo total do trajeto aumentou.